

Para onde vamos nesta conjuntura adversa?

A Unidade Poli quer conversar com você sobre isto.

Afirmar que a conjuntura que enfrentaremos nos próximos quatro anos é adversa – período para o qual nos candidatamos à direção da Escola – é importante, mas não suficiente. É preciso mapear as áreas em que seremos mais desafiados.

Começamos pelo SUS. O atual governo ataca frontalmente o direito à saúde pública e, a partir da aliança com os empresários do complexo médico-hospitalar e dos planos de saúde, trata a saúde como mercadoria. Assim, o risco de desmonte do SUS não será somente nos seus princípios como os da universalidade, integralidade e equidade, mas na redução dos recursos. Não podemos esquecer que a aprovação da PEC 55 é a base legal para isto. A luta pela reorientação do modelo de atenção no sentido da extensão da atenção básica levou à constituição da Saúde da Família como estratégia de mudança dos modos de organização do trabalho, das práticas educativas e de cuidado. . E é no trabalho dessas equipes que mais se realiza o direito à saúde porque milhares de pessoas que não teriam nenhuma assistência ou informação de promoção da saúde, que não teriam remédios e exames, são cuidados pelas equipes da Saúde da Família em seus territórios.

Todavia, não é nesse sentido que a política de saúde tende a caminhar na atual conjuntura. Inclusive porque são esses trabalhadores que mais têm acesso aos usuários, em especial os Agentes Comunitários de Saúde, com os quais participamos da construção dos Referenciais Curriculares Nacionais da formação técnica e da realização do curso técnico. Quem tem formado os técnicos dessas equipes? O que temos a ver com isso? É preciso pensar como podemos contribuir também para a formação dos técnicos em enfermagem e de saúde bucal, os Agentes de Combate em Endemias, em relação aos quais o Proformar foi estratégico, muitas vezes a única oportunidade de formação que tiveram. É preciso também pensar nos trabalhadores que não atuam diretamente nos territórios, mas que são estratégicos na assistência, como o técnico em

radiologia, em análises clínicas, em citologia, em biotecnologia e de gestão, dentre outros. Como podemos formar esses trabalhadores de forma que suas práticas colaborem com a construção do SUS?

Como a Escola Politécnica de Saúde pode fazer de nossos estudos e pesquisas armas fundamentais contra o desmonte do SUS, ao mostrar seus desafios e seu caráter estratégico para a população brasileira? Isto significa necessariamente que a formação de trabalhadores técnicos, de gestores, de formadores e de novos pesquisadores, sempre foram e precisam ser mais ainda meios de fortalecimento do SUS e da qualificação da atenção em saúde. Este é nosso papel e nos comprometemos com ele.

As Escolas Técnicas do SUS, conquista advinda do Movimento da Reforma Sanitária, e que tiveram em nós uma referência de escola, especialmente a partir da criação da RET-SUS, para a qual contribuímos e fomos Secretaria Técnica e de Comunicação, também estão na linha de ataque. Sua vinculação às Secretarias Estaduais de Saúde as mantêm sujeitas às discontinuidades locais e, por isto, sempre tiveram nos projetos do Ministério da Saúde, meios para se manterem e continuarem estratégicas para o SUS. O desmonte dos SUS também as compromete, tanto que algumas escolas já sentem as ameaças e, até mesmo, o risco de serem fechadas. A atitude do Ministério da Saúde de retirar da Escola Politécnica a Secretaria de Comunicação é um sinal veemente desta tendência. O que fizemos contra isto? O que podemos e devemos fazer? Se a educação profissional é um assunto nosso, também as ETSUS são nosso compromisso e estamos na luta ao lado dessas escolas. O desafio de fazer a educação dos trabalhadores técnicos da saúde se consolidar e se estender sob os princípios do SUS e da politecnicidade é urgente!

No campo da Educação, de forma mais geral, as ameaças não são poucas. A educação profissional integrada ao ensino médio é alvo de destruição. A atual contrarreforma do ensino médio, frequentemente veiculada pela mídia falseando os interesses dos jovens, atinge a conquista de uma educação que garanta ao mesmo tempo o direito à educação básica e profissional, concebidas e realizadas de forma unitária.

A educação profissional volta a ser exclusiva para os pobres e substitutiva da educação básica. Esta escola, que nasceu na contradição de uma lei que cristalizava essa ideia (a Lei n, 5,692/71), ousou fazer a educação politécnica num contexto completamente adverso à sua viabilização; que, no contexto do Decreto n. 2.208/97, de Paulo Renato e FHC, não conseguiu seus princípios; que contribuiu diretamente no interior do MEC e no diálogo com a sociedade civil para revogarmos este último e conquistarmos o ensino médio integrado com o Decreto n. 5.154/2004 e posterior alteração da LDB. Esta Escola não pode se furtar a ser protagonista da crítica a atual contrarreforma e da proposição e realização consistente do projeto da educação politécnica. Precisamos fazer isto em articulação com a rede federal, com as escolas dos sistemas estaduais de ensino, com as ETSUS, com as escolas do campo, enfim, constituir uma rede de mobilização e ação contra o desmonte da educação pública! Uma rede da qual uma Escola que tem a educação politécnica no nome e na história, precisa ser protagonista.

Para tanto, precisamos fortalecer não só nossos cursos técnicos integrados ao ensino médio, mas também os de formação inicial e continuada, a especialização (lembramos que fomos pioneiros na realização da formação docente para a educação profissional como especialização) e o mestrado (formar mestres que atuam nessas escolas e sistemas comprometidos com esse projeto). Precisamos também pensar no doutorado! Dar continuidade à formação de nossos estudantes da pós-graduação e contribuir para que eles também sejam intelectuais orgânicos na luta contra a injustiça social e na produção de conhecimentos nesse sentido!

Os Institutos Federais podem ser privatizados e/ou apropriados pelo sistema S! Mais do que nunca precisamos ser parceiros, compondo com eles a rede federal de educação técnica e tecnológica, cuja expansão em todo o país, levando educação básica, técnica e tecnológica ao interior, foi fundamental. Tem sido lenta a tentativa de aproximação e trabalho conjunto com essas instituições. Tanto que o próprio Ministério da Saúde, ainda antes do governo ilegítimo, fomentou nosso trabalho com elas. Não podemos esquecer que, além de bem estruturados e de serem reconhecidos pela qualidade da formação que realizam, os Institutos Federais têm atuado na área da saúde, o que não era sua tradição.

O que temos feito no sentido de compartilhar nossos conhecimentos e tê-las como aliadas no desenvolvimento da educação profissional em saúde politécnica e integrada ao SUS? O risco é que elas sejam desmontadas antes que consigamos fazê-lo. Nesse sentido, a Escola Politécnica, por ser Fiocruz, sofre menos frontalmente a ameaça, em especial da privatização, o que aumenta sua responsabilidade para trabalhar junto e ajudá-las na resistência. Está aí mais um desafio. Aproveitamos para registrar que professores dos cursos técnicos da saúde dos Institutos Federais estão procurando o mestrado da EPSJV para aprimoramento, aprendizado, aplicação e multiplicação da discussão/prática da educação politécnica.

É preciso falar também da Educação de Jovens e Adultos. Trata-se de uma área que avançou largamente no plano dos direitos nos últimos dez anos e para a qual o atual Plano Nacional de Educação traz metas importantes. O desenvolvimento de uma concepção de EJA que tem o trabalho como princípio educativo e que incorpora a integração à educação básica também é recente. A Escola Politécnica ampliou seu projeto, seu público e seus horizontes ao ofertara a EJA e buscar atuar no PROEJA (a oferta da educação profissional integrada a EJA). Mas o atual governo recua larga e velozmente neste campo, voltando a priorizar a educação básica para aqueles considerados em idade regular, mas como foco nas avaliações externas, na lógica gerencialista e privatista. Ou seja, se nem mesmo esta, prioridade de muitos governos, está garantida para a classe trabalhadora, o que se pode dizer da EJA, da educação profissional e, principalmente, da integração entre essas. O PRONATEC, o programa de oferta da educação profissional do governo de Dilma Rousseff, já fragilizou esses projetos. Agora, vem o MédioTec, comprovação de que os atuais governantes querem a educação profissional aligeirada e substitutiva da educação básica – formação para os pobres, que só podem ter como destino o mercado do trabalho “simples” e precário”. O que vamos fazer diante disto? Defender a EJA e também a possibilidade de sua integração com a educação profissional é um problema ético.

Nada muito diferente se pode dizer em relação à educação do campo, dos quilombolas, indígena, por exemplo. Se tais sujeitos são destituídos historicamente da condição cidadã e hoje ainda mais brutalmente, posto que

lutaram e estão perdendo direitos, como atuar para estar com eles na defesa propositiva da educação pública e da saúde?

A pesquisa e a pós-graduação são outros campos de resistência. As agências de fomento estão cortando drasticamente os recursos e priorizando a pesquisa de interesse do mercado. Se ainda batalhamos muito para ter nossas pesquisas reconhecidas, conquistar financiamentos e bolsas, inclusive para nossos alunos, por essas agências, não teremos um cenário mais favorável nos próximos anos. Além disto, a questão orçamentária da Fiocruz também é um aspecto delicado. Por isto temos que defender e conquistar recursos para nossas pesquisas, nossos cursos e nossa pós-graduação. Afinal, nosso objeto de estudo e de formação é estratégico para a consolidação da saúde e da educação públicas e de outros direitos sociais, como demonstramos ao longo da história desta Escola e sobre o que argumentamos neste texto. Reforçamos, assim, a necessária autonomia da crítica que uma Instituição Pública de Estado precisa manter, inclusive na crítica à formulação e implementação de políticas públicas pois é a partir da crítica que o Estado pode se repensar e se transformar.

Precisamos falar, ainda, da Cooperação Internacional, da Comunicação, da gestão da força de trabalho, da terceirização, do Projeto Político Institucional dentre outros temas. Vamos falar! E vamos conversar seriamente sobre eles! Queremos, ainda mais, ter os estudantes como nossos interlocutores! E ainda chegaremos até vocês, estudantes! Por enquanto, convidamos todos para refletirmos juntos sobre o que aqui expomos e, então, darmos prosseguimento ao nosso diálogo!

MARISE RAMOS

UNIDADE POLI